



Número: **0019874-36.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 34ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **20/04/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes   |                    | Procurador/Terceiro vinculado  |          |
|--|--------------------|--|----------|
| TIAGO XAVIER TORRES (AUTOR)                            |                    | ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS (ADVOGADO)<br>sharon Stéphanne Lins Barros (ADVOGADO) |          |
| MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (REU)                  |                    | RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)   |          |
| SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU) |                    | RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)   |          |
| PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)       |                    |  |          |
| Documentos   |                    |  |          |
| Id.  | Data da Assinatura | Documento  | Tipo     |
| 83880122   | 12/07/2021 18:32   | <a href="#">Certidão</a>   | Certidão |



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 34ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0019874-36.2020.8.17.2001  
AUTOR: TIAGO XAVIER TORRES

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que não há pendência de recolhimento de valores de custas e taxa judiciária. Certifico, ainda, que a Sentença prolatada no referido processo transitou em julgado em 14.06.2021, e que, na data de hoje, arqueei definitivamente os presentes autos. O certificado é verdade. Dou fé..

Dessa maneira, vê-se que o pagamento feito administrativamente pela empresa não prescinde de complementação.

lito pelo, com base nos dispositivos legais antes mencionados, julgo totalmente improcedentes os pedidos formulados na inicial, a preferência autoral, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e da verba honorária de 10% sob o valor da causa, com a ressalva de suspensão da exigibilidade do pagamento para a parte beneficiária da justiça gratuita.

Por fim, determino a expedição de alvará em favor do perito, Sr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 14.868, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) (Id.73872492).

Publique-se. Registre-se e intime-se.

Recife, 27 de abril de 2021.

RECIFE, 12 de julho de 2021.

**LAINÉ HANNA REIS RAPOSO**  
Diretoria Cível do 1º Grau

